

## CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA

Alex Ramos



Comissão debateu os impactos da decisão do CNT

## Alerj quer agilizar formação de motoristas no Rio

A Comissão de Transportes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) debateu, nesta sexta-feira, os impactos da Resolução nº 1.020 do Conselho Nacional de Trânsito no processo de habilitação. Durante a audiência pública, foi anunciado que o Projeto de Lei 6580/2025 será analisado com urgência pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta visa modernizar e tornar mais acessível a formação de condutores, fortalecendo o papel das autoescolas. O debate ocorre em resposta às mudanças federais que reduziram custos e burocracia, mas que, segundo parlamentares e especialistas, podem comprometer a segurança viária ao flexibilizar exigências fundamentais, como a carga horária e o uso de veículos adaptados.

## Nova lei garante mais rigor

O PL 6580/2025 foca na manutenção de critérios técnicos para a CNH, como o uso de veículos com duplo comando e a presença de instrutores qualificados. O Detran-RJ apresentou dados preocupantes de 2025, registrando mais de 7 mil infrações de perda de controle em aulas, reforçando a necessidade de fiscalização rígida. O projeto, relatado pelo deputado Rodrigo Amorim, deve servir de modelo nacional para proteger o ensino profissional no trânsito fluminense.

Divulgação



A pedagoga Bianca Pacheco assume o comando da pasta

## Reestrutura da Secretaria da Mulher

O Governo do Rio oficializou a criação da Secretaria de Estado da Mulher e Políticas Inclusivas. A nova pasta, comandada por Bia Pacheco, absorve a Subsecretaria de Políticas Inclusivas que antes pertencia à Casa Civil. A mudança unifica o acolhimento a mulheres, pessoas com deficiência e cidadãos em vulnerabilidade. Com a reestruturação, a secretaria assume a gestão direta de convênios e projetos de impacto, como o "Empoderadas" e o Programa Trabalho Protegido na Adolescência, garantindo uma rede de apoio multidisciplinar.

## Políticas Inclusivas unificadas

A reestruturação centraliza projetos voltados ao paradesporto, comunidades terapêuticas e assistência a PcDs em uma única pasta. Bia Pacheco lidera a transição, já tendo atuado em instituições como o IBDD (Instituto Brasileiro de Defesa das Pessoas com Deficiência) e reunido 20 anos de experiência como especialista em neuropsicologia.

## Balões no Rio

A Polícia Ambiental apreendeu dez balões durante o Dia das Mães em Arraial do Cabo e Maricá. Além dos balões, os agentes recolheram uma bandeira de oito metros e material inflamável. Os suspeitos fugiram pela mata e ninguém foi preso. O material foi encaminhado para as delegacias das regiões.

## Prêmio Alerj

A Alerj analisa a criação do prêmio "Cássia Kis" para homenagear quem atua na defesa dos direitos das mulheres no Rio. Proposto pelo deputado Anderson Moraes (PL), o projeto exalta a "coragem" da atriz em expressar convicções. Se aprovada, a honraria será concedida a pessoas e instituições indicadas.

## Acessibilidade

Bombeiros do RJ agora aprendem Libras na formação inicial para humanizar o socorro. A corporação também adotou cartões visuais com ícones para identificar dores e alergias de vítimas surdas ou com fala limitada. A medida visa acessibilidade total e rapidez em emergências nas ruas do estado.

## Obras na BR-101

O ministro George Santoro anunciou a ampliação da BR-101/RJ, com entrega da terceira faixa entre Niterói e Itaboraí até o fim de 2027. O projeto inclui duplicação em Macaé e monitoramento total por câmeras interligadas à polícia. A internet 4G/5G será instalada na via para reforçar a segurança pública e garantir melhor fluidez no trânsito.

## Competição

O Rio abriu inscrições para a II Jornada de Matemática e a I Olimpíada de Linguagens. O foco é incentivar o protagonismo e o pensamento crítico na rede estadual. Alunos do 8º ano ao Ensino Médio participarão de desafios práticos e produções audiovisuais. A iniciativa busca democratizar o conhecimento.

## Bancos punidos

A Sedcon e o Procon-RJ atuaram três agências bancárias em Angra dos Reis por desrespeito ao consumidor. Fiscais flagraram idosos em filas externas e esperas superiores a duas horas, inclusive no atendimento prioritário. Além da demora e superlotação, uma unidade estava com os caixas inoperantes.



Governo projeta incremento de R\$500 milhões por ano

## Rio aperta cerco contra sonegação de combustível

GSI e Fazenda miram aumentar arrecadação no estado

Da Redação

O Governo do Estado do Rio de Janeiro oficializou, nesta segunda-feira (11), uma nova estratégia de combate aos grandes sonegadores fiscais, com foco prioritário nos setores de combustíveis e cigarros. Por meio de uma resolução conjunta entre o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Secretaria de Estado de Fazenda, o governo projeta um incremento de R\$500 milhões por ano na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A medida marca a transferência definitiva da Subsecretaria de Operações Estratégicas e Controle de Divisas — unidade responsável pela Operação Foco e pelas barreiras fiscais — para o guarda-chuva do GSI. Anteriormente vinculada à Casa Civil, a mudança de estrutura visa, segundo o chefe do GSI, delegado Roberto Leão, blindar as operações de fiscalização e inteligência contra possíveis interferências políticas, garantindo maior autonomia no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado.

A nova diretoria substitui a fiscalização aleatória por um modelo baseado em inteligência de dados. Um grupo de trabalho unificado entre o GSI e a Fazenda passará a mapear o movimento de cargas e o histórico de distribuidoras para identificar empresas de fachada e inconsis-

tências tributárias antes mesmo da abordagem física. Atualmente, o estado conta com cinco barreiras nas estradas, sendo três fixas e duas móveis, operadas por um contingente de 200 servidores, entre policiais e auditores fiscais.

A participação das forças de segurança no processo tornou-se vital devido à crescente infiltração de facções criminosas na cadeia de suprimentos. Segundo o delegado Roberto Leão, os fiscais enfrentam constantes ameaças ao interceptar carregamentos irregulares. Recentemente, uma apreensão revelou um caminhão transportando 25 mil litros de combustível com uma nota fiscal declarada de apenas R\$5 mil, indicando o uso de empresas de fachada ligadas ao tráfico de drogas e milícias.

De acordo com a resolução, o GSI exercerá a atividade policial ostensiva e preventiva nos postos de controle, enquanto a Secretaria de Fazenda ficará responsável pelo planejamento das ações com base em cruzamento de dados econômico-fiscais. As polícias agora têm autorização expressa para solicitar documentos de carga em abordagens rodoviárias, dando suporte técnico aos auditores.

Este endurecimento na fiscalização ocorre em sintonia com operações federais que buscam desarticular esquemas de facções criminosas na economia formal.

Freepik